

Maria José Maurício

**Os Sonhos da Revolução  
dos Cravos** \_\_\_\_\_



Edições Colibri

# ÍNDICE

|  |     |
|--|-----|
| Prefácio.....  | 7   |
| Os valores de Abril e a cidadania participativa .....                            | 9   |
| O branco que antecipou o vermelho dos cravos .....                               | 13  |
| Agradecimentos .....   | 15  |
| Reviver Abril.....   | 19  |
| A noite dos capitães.....  | 25  |
| A revolução está na rua .....  | 57  |
| O rumo e o horizonte.....  | 83  |
| FOTOGRAFIAS  |     |
| As portas que abril abriu – a acção transformadora .....                         | 105 |
| O nascimento de um sindicato.....  | 111 |
| A greve das mulheres de lenço branco .....                                       | 139 |
| MFA – Dinamização cultural, educação, escola<br>– a construção da cidadania..... | 163 |
| 1. A 5.ª Divisão (EMGFA) e a dinamização cultural .....                          | 163 |
| 2. As Campanhas de dinamização e acção cívica no País .....                      | 166 |
| 3. A educação e o serviço cívico estudantil.....                                 | 174 |
| 4. A Escola de Abril e a construção da cidadania.....                            | 177 |
| Epílogo .....  | 183 |

## PREFÁCIO

A abordagem da História tende a valorizar, apenas, as acções individuais, sejam elas positivas – criando os heróis que devem ser enaltecidos – ou negativos – execrando os monstros que devem ser derrotados.

Por vezes acontece uma “irreverência” como a de Berthold Brecht, ao lembrar que Júlio César não conquistou a Gália sózinho: levou consigo um cozinheiro.

Este livro de Maria José Maurício assume essa “irreverência”: sustentando-se em factos resultantes das acções concretas de homens e mulheres, demonstra que uma Revolução não acontece quando um indivíduo, ou um grupo, conquista o Poder, mas sim quando uma comunidade inteira abraça decididamente a construção do Futuro que anseia, escolhendo com liberdade os caminhos a percorrer como um factor crucial para a defesa da sua Dignidade Colectiva, de que não abdica.

Desses caminhos a percorrer, Maria José Maurício revelou, com mestria, factos pouco conhecidos de como o Movimento das Forças Armadas preparou e concretizou, a acção libertadora do 25 de Abril de 1974; de como um Povo Inteiro não hesitou em fazer parte activa desse Movimento; e de como um grito de Alegria – “O Povo está com o MFA!” – um outro se sentia como resposta imediata – “O MFA está com o Povo!”.

Cada Ser Humano, cada um de nós, constrói-se através da Emoção, da Razão e da Acção. Estes três vectores são também essenciais para a construção de uma Comunidade em que cada um de nós se reconheça, e se reveja num Futuro construído por todos.

É esta abordagem que Maria José Maurício faz, com elegância e firmeza, contando-nos como os militares do MFA viveram esses três vectores: na preparação e na concretização desse “dia inteiro e limpo” (Sofia de Melo Breyner); na manifestação inultrapassável do Primeiro 1.º de Maio; nas Campanhas de Dinamização Cultural. Mas contando-nos também as lutas dos trabalhadores dos CTT pela formação do seu sindicato, e das Mulheres trabalhadoras das Conservas de Setúbal, como exemplos concretos da intransigente defesa da dignidade, individual e colectiva de quem trabalha.

Neste livro Maria José Maurício propõe-nos um desafio oportuno e urgente: que, hoje mais do que nunca, é imperioso compreendermos as Emoções, interiorizarmos as Razões, e assumirmos as Acções. Porque a História da Humanidade é feita por todos nós. E quanto mais livres a soubermos Viver, mais Humana ela será.

Mais do que um livro de História, ou sobre a História, é um desafio de pedagogia cívica que nos convoca, cada um de nós para sermos parte activa na construção do Futuro comum que desejamos, Inteiro, Livre, Digno, Humano.

Janeiro 2020

Almeida Moura

Capitão-de-Mar-e-Guerra

## OS VALORES DE ABRIL E A CIDADANIA PARTICIPATIVA

*Ler significa reler e compreender, interpretar. Cada um lê com os olhos que tem. E interpreta a partir de onde os pés pisam.*

*Todo o ponto de vista é a vista de um ponto. Para entender como alguém lê, é necessário saber como são os seus olhos e qual é a sua visão de mundo. Isso faz da leitura sempre uma re-leitura.*

*A cabeça pensa a partir de onde os pés pisam. Para compreender é essencial conhecer o lugar social de quem olha.*

Leonardo Boff

É este o olhar que a minha amiga Maria José Maurício nos traz, fazendo uma visita guiada pela nossa história colectiva. Mulher humanista, íntegra, cujos princípios e valores partilhamos nas várias lutas pela igualdade e pela justiça social, continuando Abril, dentro e fora do mundo do trabalho, pugnando sempre pela transformação da sociedade numa permanente acção pelo bem comum.

A Maria José é uma mulher de convicções fortes, coerente e combativa na luta pelas causas em que acredita, características que muito valorizo.

Foi neste percurso de luta, em defesa dos direitos humanos, que os nossos caminhos se cruzaram e a nossa amizade se firmou. Foi na militância em torno da defesa do trabalho com direitos, na luta pela igualdade entre mulheres e homens, na defesa do trabalho digno, que nos encontrámos.

Com a Revolução de Abril e do primeiro 1.º de Maio em liberdade, o pulsar da democracia ficou inscrito na Constituição da República Portuguesa (CRP), cujos valores constituem marcos históricos da luta emancipadora das mulheres e dos homens trabalhadores deste país e do povo contra a opressão, contra a ditadura fascista.

A defesa dos Direitos Humanos – base do desenvolvimento e progresso da Humanidade – a defesa das pessoas, independentemente da sua origem social, país, língua e cultura, cor da pele ou religião, é o que nos move neste combate.

Foi a cidadania activa, consubstanciada na participação popular, que deu consistência à vitória do MFA. De salientar, que a Constituição da República Portuguesa se escreveu a várias mãos, de baixo para cima, com o contributo de muitas organizações populares, de cidadãos empenhados, numa visão plural da vida, com sentido de pertença à mesma comunidade.

Foi a dinâmica revolucionária que colocou o povo nas ruas, nas empresas, nos locais de trabalho e, os trabalhadores, unidos com a Intersindical, reivindicando os seus direitos, mas também defendendo as empresas, defendiam, ao mesmo tempo, a Revolução.

A reconstrução do país, após a queda do regime da ditadura fascista, só era possível com a prática revolucionária, quer dizer, com a luta e a unidade dos trabalhadores de amplos sectores da sociedade, permitindo derrubar as instituições caducas do anterior regime e criar novas instituições democráticas; novas formas de intervir na sociedade com liberdade e responsabilidade; novos relacionamentos sociais em igualdade de direitos e deveres; e pela defesa dos mais desfavorecidos, respeitando a dignidade das pessoas, promovendo a solidariedade, a igualdade de oportunidades e a defesa dos direitos humanos.

Foi com esta intervenção empenhada, comprometida, plena de esperança e de alegria, mesmo nos momentos mais difíceis da luta, que se lançaram as sementes para a construção da cidadania participativa, agregadora e pertença da pessoa à comunidade onde se insere, intervindo na vida social em todos os planos – político, económico, social e cultural. Foi esta participação popular a matriz da cidadania inscrita no Título II “Direitos, Liberdades e Garantias”, da Constituição de Abril.

Quarenta e cinco anos depois de Abril, e cinquenta da fundação da Confederação Geral dos Trabalhadores Portuguesas (CGTP-IN),

em matéria de bloqueios à participação dos trabalhadores nos locais de trabalho e noutras instituições, os direitos fundamentais dos cidadãos continuam a exigir do Movimento Sindical Unitário, dos Partidos Políticos e dos cidadãos em geral, uma forte participação para que se cumpra a Constituição, dada a frequência com que a cidadania participativa fica à porta de um conjunto de empresas, onde os sindicatos são impedidos de entrar.

Esta é uma boa forma de a autora, através da presente publicação, fazer elevar os padrões de consciência cidadã, de consciência de classe, e dar continuidade ao trabalho de *alfabetização* encetado. Com este instrumento pedagógico de elevada proficuidade, conduzindo ao esclarecimento, à abertura de pensamento crítico, junto das escolas, dos sindicatos, na formação sindical e de Movimentos sociais como a Liga Operária Católica – Movimento de Trabalhadores Cristãos, e outros movimentos da acção católica que preparam quadros capazes de promover uma educação integral do indivíduo, isto é, *consciencializar*, no dizer de Paulo Freire, de educar para a autonomia.

Cabe à política educativa, nomeadamente através da Escola Pública, fazer passar a mensagem de Abril, inscrita na Constituição da República. Os professores, para além do bom desempenho que têm, necessitam de melhores condições de trabalho e meios capazes, para a prossecução deste grande desígnio cívico: a construção da cidadania.

A valorização do trabalho e dos trabalhadores, a aplicação da justiça com critérios de igualdade para todos, o restabelecimento da confiança e o reforço das políticas sociais, foram e continuam a ser imprescindíveis para o desenvolvimento dos trabalhadores e do país.

Retomar Abril é avançar com uma estratégia de responsabilidade individual e colectiva, assumida pelas várias forças vivas organizacionais que, articuladamente, façam chegar às populações a premissa do ser cidadão, hoje.

Retomar Abril é trabalhar na elevação da consciência social e política dos cidadãos, através da educação para a paz, para a cidadania responsável e para o sentido do compromisso, combatendo as causas que levam à guerra, à pobreza e à xenofobia. São os desafios que se nos colocam, hoje, como comunidade humana que somos.

A consciência da nossa missão como seres humanos impele-nos a agir, a lutar e a intervir no mundo para o transformar e o adequar a